



**RELATÓRIO DA RECEITA**  
**PL nº 007/2015-CN**

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”

**SENADOR ACIR GURGACZ**  
Relator da Receita

**SENADORA ROSE DE FREITAS**  
Presidente da CMO



## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>RELATÓRIO.....</b>	<b>3</b>
<b>1.1</b>	<b>Histórico .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2</b>	<b>Conclusão e Resumo da Avaliação da Receita para 2016 .....</b>	<b>5</b>
<b>1.3</b>	<b>Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas .....</b>	<b>9</b>
<b>1.4</b>	<b>Avaliação das Estimativas de Receita do PLOA2016 .....</b>	<b>17</b>
1.4.1	<i>A Reestimativa das Receitas do Orçamento para 2015 .....</i>	<i>18</i>
1.4.2	<i>A Estimativa das Receitas no Orçamento para 2016.....</i>	<i>20</i>
1.4.2.1	<i>Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, para 2016.....</i>	<i>21</i>
1.4.2.2	<i>Arrecadação Líquida do RGPS para 2016.....</i>	<i>24</i>
1.4.2.3	<i>Receitas Administradas por Outros Órgãos para 2016.....</i>	<i>24</i>
1.4.2.4	<i>Revisão da Receita para 2016 pelo Congresso Nacional.....</i>	<i>27</i>
1.4.3	<i>Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2016.....</i>	<i>34</i>
<b>1.5</b>	<b>Receitas Financeiras para 2016.....</b>	<b>37</b>
<b>1.6</b>	<b>Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais para 2016 .....</b>	<b>40</b>
<b>1.7</b>	<b>Metodologia da Estimativa das Receitas da Proposta de Orçamento para 2016.....</b>	<b>41</b>
<b>1.8</b>	<b>Emendas à Receita Apresentadas.....</b>	<b>43</b>
<b>1.9</b>	<b>Anexos .....</b>	<b>45</b>
<b>2</b>	<b>VOTO.....</b>	<b>45</b>
<b>3</b>	<b>Anexo .....</b>	<b>46</b>



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

**PARECER** da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 007, de 2015 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”.

**RELATOR : Senador ACIR GURGACZ**

## 1 RELATÓRIO

### 1.1 Histórico

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 007, de 2015-CN (Mensagem nº 325, da mesma data, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação da Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), **Senadora Rose de Freitas**, foi nos atribuída a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o exercício de 2016 prevista no referido Projeto de Lei.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

3. Conforme é de conhecimento dos integrantes desta Comissão, a avaliação das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
4. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, em seu art. 30, § 1º, determina que, na apreciação do projeto de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior dos parâmetros macroeconômicos ou da legislação tributária. Informações complementares relativas às projeções oficiais das principais variáveis ficaram disponíveis em 15 de setembro e serão atualizadas pelo Poder Executivo até 21 de novembro, como estabelece o PLDO2016, ora em tramitação no Congresso Nacional.
5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Agradeço aos **Senadores Eduardo Amorim e Benedito Lira** e aos **Deputados Hildo Rocha, Nilto Tatto, Leopoldo Meyer, Giuseppe Vecci, Evair de Melo, Orlando Silva e Jaime Martins** que o integram.
6. O conteúdo deste Relatório observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução. Procurou-se neste documento, a partir do exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2016.
7. As emendas à Receita, apresentadas em outubro, em número de quatro, somente se referem à possibilidade de arrecadação de novos valores, e igualmente são objeto de apreciação neste Relatório.



## **1.2 Conclusão e Resumo da Avaliação da Receita para 2016**

8. Nossa avaliação geral é de que a estimativa da Receita Primária Total contida no PLOA2016, acrescida de alguns dos valores decorrentes do documento intitulado Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 – Arrecadação, igualmente elaborado pelo Poder Executivo, está em desacordo com as reais possibilidades de arrecadação nesse exercício.
9. A Receita Primária Total inicialmente foi prevista na Proposta para 2016 em R\$ 1.401,8 bilhões, com acréscimo de R\$ 76,5 bilhões, ou de 5,8%, sobre a estimativa para 2015 de R\$ 1.325,3 bilhões produzida na Avaliação do 3º Bimestre de 2015. A Receita Primária Líquida, ou seja, a Receita Primária Total deduzida das Transferências a Estados e Municípios, foi estimada em R\$ 1.180,1 bilhões, superando em R\$ 68,5 bilhões a estimativa de arrecadação de R\$ 1.111,6 bilhões contida na referida Avaliação.
10. Entendemos que há necessidade de outros ajustes para adequar o cenário prospectivo das receitas às reais condições da economia.
11. Avaliamos que o emprego da taxa positiva de crescimento real do PIB de 0,20%, embutida nas projeções para 2016, não é factível de ser obtida, diante das negativas perspectivas econômicas hoje vigentes, cuja reversão depende com destaque do ajuste sustentável das finanças públicas, sem o que não se criará condições para a retomada da confiança dos agentes privados.
12. Desse modo, uma consideração realista das perspectivas de arrecadação para 2016 demandou a revisão das hipóteses iniciais do PLOA2016, e, em função disso, adotamos para esse exercício a hipótese de crescimento negativo de 1,0% para o PIB e de 6,0% para o IPCA.
13. Com essa revisão tivemos uma expressiva redução R\$ 11,0 bilhões na estimativa inicial de arrecadação da Receita Administrada pela SRFB, pois há uma gama de tributos cuja previsão é dependente da variação esperada do PIB. Por outro lado, uma revisão da estimativa da arrecadação



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

previdenciária indicou um ganho de R\$ 822,0 milhões com relação à estimativa inicial.

14. Das medidas propostas pelo Poder Executivo após o envio da Proposta de 2016, diversas delas foram incorporadas ao nosso Relatório, por entendermos que são passíveis de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, tanto pela natureza das medidas como por requererem relativamente menos dificuldades no processo de tramitação. Nesse conjunto há, inclusive, medidas que já estão tendo validade jurídica por terem sido baixadas por meio de medidas provisórias ou mesmo decreto daquele Poder.
15. Porém, nesse processo de análise optamos por não incluir em nossa reestimativa da receita os recursos que seriam decorrentes da instituição da CPMF, porque o instrumento legal que a institui, Proposta de Emenda Constitucional (PEC), enfrenta obstáculos de toda a ordem à sua tempestiva aprovação. A exigência de *quorum* qualificado e de regras processuais legislativas distintas assume maior dimensão diante do atual cenário econômico e político nacional que se mostra contrário a proposições de ajuste que se apoiem fortemente no aumento de carga tributária sobre a sociedade brasileira.
16. Nesse contexto, o trâmite dessa proposição enfrenta considerável dificuldade e, se eventualmente vier a ser aprovada no exercício vindouro, na nossa avaliação somente o seria em fins do último trimestre, o que inviabiliza a geração de arrecadação no exercício de 2016.
17. Em consequência, tendo em vista a premissa que orientou a feitura deste Relatório, qual seja a de oferecer um quadro realista das possibilidades de arrecadação tributária em 2016, levando-nos inclusive a rever a taxa de crescimento econômico, resolvemos por não considerar nenhum efeito de arrecadação no próximo exercício, resultante da possível instituição dessa Contribuição.
18. Adicionalmente, também não incluímos as medidas ligadas ao Sistema “S” por entendermos que isso poderia sobrecarregar o setor produtivo num



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

momento delicado de queda da atividade econômica. Se não se pode estimular a economia por falta de recursos, também não se deve impor novas cargas fiscais, sob pena de se agravar as dificuldades em termos de geração de renda e empregos. Lembramos que o Poder Executivo, até o momento, não expediu nenhuma proposta de alteração legislativa nesse sentido.

19. Por outro lado, resolvemos incorporar no rol de itens de receita para 2016, proposições que objetivavam produzir receitas em 2015, mas que, por dificuldades de tramitação ou de criação de condições operacionais para a sua geração, somente o farão em 2016.
20. É o caso do leilão de usinas hidroelétricas previsto para o último trimestre de 2015, mas que devido a problemas para realização do processo licitatório não mais serão realizadas neste exercício e ficarão reprogramadas para 2016, o que é estimado para gerar R\$ 11,0 bilhões de arrecadação.
21. O adiamento para 2016 da venda de ações ao público da Caixa Seguridade e do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, devido às condições adversas de mercado, e no qual se esperava apurar perto de R\$ 4,0 bilhões, com receita distribuída entre diversos tributos (Imposto de Renda, CSLL e Cofins). Neste particular, estimamos também receita adicional com Dividendos da Caixa Seguridade em R\$ 2,3 bilhões.
22. Por questões de exiguidade de tempo para a completa tramitação legislativa, também a proposta de legalização de recursos repatriados do exterior – RERCT (PL nº 2.960, de 2015) terão os recursos dela derivados previsto para ingresso no exercício vindouro, estimados em R\$ 11,1 bilhões.
23. Novamente na área das Concessões, a licitação na área portuária, de vários terminais de grãos, celulose, carga geral, combustíveis, veículos e *containers*, e aeroportuária, com revisão dos valores de outorga nos projetos do Programa de Investimento em Logística - PIL (Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza) mostra expectativa de arrecadação de R\$ 1,5 bilhões.
24. Na receita de Operações com Ativos, estimamos receita adicional de R\$ 3,6 bilhões, decorrentes de medidas relacionadas aperfeiçoamento na gestão e



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

cobrança da dívida ativa da União, e de outros R\$ 10,0 bilhões, decorrentes da aprovação parcial de emendas parlamentares à receita, em função da ampliação do escopo da MP nº 691, de 2015, ao permitir a alienação de terrenos rurais na área da Amazônia Legal e terrenos urbanos em qualquer ponto do território nacional.

25. Apuradas as variações positivas e negativas na receita, obtivemos um efeito líquido positivo de variação sobre as estimativas das Receitas Primária Bruta e Líquida contidas na Proposta de R\$ 39,0 bilhões e R\$ 31,4 bilhões, respectivamente.

26. A reestimativa da Receita Primária pelo Congresso Nacional incorporando essas modificações e algumas proposições do Poder Executivo está contida na Tabela II, e integra o item 1.4.2.4 Revisão da Receita para 2016 pelo Congresso Nacional, deste Relatório.

27. A Tabela I, a seguir, destaca as variações negativas e positivas nos diversos itens de receitas que foram afetados por essas alterações.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

<b>TABELA I</b>			
<b>ESTIMATIVA DE VARIAÇÃO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS BRUTA E LÍQUIDA PARA 2016 (*)</b>			
<b>Variação nas estimativas de receita do PLOA2016 devido à reestimativa efetuada pelo Congresso Nacional</b>			
<b>(R\$ milhões)</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Variações</b>		
	<b>Bruta</b>	<b>Transf. Est/Mun</b>	<b>Líquida</b>
<b>A. RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRFB</b>	<b>9.773,0</b>	<b>7.613,0</b>	<b>2.160,0</b>
<b>A.1- Imposto de Renda</b>	<b>16.473,0</b>	<b>7.613,0</b>	<b>8.860,0</b>
A.1.1 - Aumento de 15% para 18% da alíquota de IR fonte sobre Juros do Capital Próprio e limitação em 5% da TJLP para efeito de cálculo desses juros pela pessoa jur. (MP nº 694, de 30.09.15).	1.100,0	506,0	594,0
A.1.2 - Tributação progressiva dos ganhos de capital pelo IRPF (MP nº 692, de 22.09.2015)	1.800,0	828,0	972,0
A.1.3 - Tributação PF dos ativos repatriados do exterior	11.100,0	5.106,0	5.994,0
A.1.4 - Alienação de ações bancárias - IRPJ	2.473,0	1.173,0	1.300,0
<b>A.2 - Cofins</b>	<b>2.770,0</b>		<b>2.770,0</b>
A.2.1 - Redução para 0,10% pontos de percentagem do benefício do programa de incentivo à exportação REINTEGRA (Decreto nº 8.543, de 21.10.2015).	1.643,0		1.643,0
A.2.2 - Redução de 50% do benefício do Regime Especial da Indústria Química - REIQ (MP nº 694, de 30.09.15).	657,0		657,0
A.2.3 - Alienação de ações bancárias	470,0		470,0
<b>A.3 - Pis/Pasep</b>	<b>500,0</b>		<b>500,0</b>
A.3.1 - Redução para 0,10% pontos de percentagem do valor do benefício do programa de incentivo à exportação REINTEGRA (Decreto nº 8.543, de 21.10.2015)	357,0		357,0
A.3.2 - Redução de 50% do benefício do Regime Especial da Indústria Química - REIQ (MP nº 694, de 30.09.15).	143,0		143,0
<b>A.4 - CSLL</b>	<b>1.030,0</b>		<b>1.030,0</b>
A.4.1 - Alienação de ações bancárias	1.030,0		1.030,0
<b>A.5 - Demais Receitas Administradas</b>	<b>(11.000,0)</b>		<b>(11.000,0)</b>
A.5.1 - Revisão do crescimento do PIB de + 0,20% para -1,00% em 2016	(11.000,0)		(11.000,0)
<b>B. ARRECAÇÃO LÍQUIDA DO RGPS</b>	<b>822,0</b>		<b>822,0</b>
B.1 - Reestimativa da arrecadação com redução ressarcimento	822,0		822,0
<b>C. RECEITAS ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS</b>	<b>28.400,0</b>		<b>28.400,0</b>
<b>C.1 - Operações com Ativos</b>	<b>13.600,0</b>		<b>13.600,0</b>
C.1.1 - Emendas à MP nº 691, de 2015, que altera a Lei nº 11.952, de 2009, permitindo a alienação de imóveis rurais na Amazonia Legal e de imóveis urbanos em todo o território nacional	10.000,0		10.000,0
C.1.2 - Aperfeiçoamento da gestão da dívida ativa da União	3.600,0		3.600,0
<b>C.2 - Concessões</b>	<b>12.500,0</b>		<b>12.500,0</b>
C.2.1 - Adiantamento da licitação de usinas hidroelétricas para 2016	11.000,0		11.000,0
C.2.2 - Licitações em portos e aeroportos	1.500,0		1.500,0
<b>C.3 - Dividendos</b>	<b>2.300,0</b>		<b>2.300,0</b>
C.3.1 - Derivados da Caixa Seguridade	2.300,0		2.300,0
<b>D- TOTAL</b>	<b>38.995,0</b>	<b>7.613,0</b>	<b>31.382,0</b>
<b>Elaboração:</b> Consultorias de Orçamento do SF e CD			

### 1.3 Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

28. Em Anexo a este Relatório encontra-se a Tabela de Parâmetros Macroeconômicos observados e a previsão dessas variáveis na Proposta para 2016 comparada com a visão do mercado e a ótica do Congresso Nacional.
29. Avaliamos que o emprego da taxa de crescimento real do PIB de +0,20%, embutida nas projeções para 2016, não é factível de ser obtida, diante das negativas perspectivas econômicas hoje vigentes, cuja reversão depende com destaque do ajuste sustentável das finanças públicas, sem o que será inviável a retomada da confiança dos agentes privados.
30. Mas, ainda que na mesma direção, isso não significa que perfilamos integralmente com a visão do mercado que atualmente prevê uma queda no PIB de 2016, da ordem de 1,51%, como também IPCA relativamente mais elevado de 6,29%<sup>1</sup>.
31. Nesse sentido, tendo em vista uma Avaliação realista das perspectivas de arrecadação para 2016, revimos as hipóteses iniciais do PLOA2016 e adotamos, para os principais parâmetros, a hipótese de crescimento negativo de 1,0% para o PIB e de 6,0% para o IPCA.
32. Nossa posição, relativamente menos contundente do que a do mercado, justifica-se por diversas razões.
33. Primeiro, entendemos que, diante do forte ajuste fiscal processado ao Orçamento de 2015, e continuado em 2016, apoiado por uma política monetária austera, os efeitos positivos de redução da inflação já se farão sentir a partir do primeiro trimestre de 2016, com a eliminação da parcela de inflação corretiva observada em 2015, conforme previsto também pelo mercado. Este fato abrirá espaço para a redução da Taxa de Juros Selic constituindo-se em potente fator de estímulo à recuperação da atividade econômica.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

34. Segundo, a contenção da intensidade declinante da atividade econômica deverá, ainda, ser impulsionada pelos efeitos positivos da desvalorização do real em relação ao dólar que conferirá maior competitividade externa ao País, levando ao aumento das exportações, notadamente a de manufaturados, e à substituição de importações, favorecendo uma retomada gradual da atividade industrial.
35. A propósito, segundo o IBGE, enquanto as importações de bens e serviços caíram 11,70% no 2º trimestre de 2015 comparado com igual período de 2014 as exportações registraram aumento de 7,50%, influenciadas fortemente pela desvalorização cambial de 38,0% registrada no exercício.
36. As medidas tomadas para elevar a competitividade operacional do setor produtivo, associadas a uma taxa de câmbio médio mais favorável, deverão criar condições para um melhor desempenho do setor industrial, a despeito da necessidade de, no curto-prazo, se executar uma política monetário-fiscal mais rígida visando conter pressões inflacionárias. A propósito, embora o mercado esteja mais pessimista com relação à variação do PIB, com respeito ao crescimento da produção industrial em 2016 as expectativas caminham na mesma direção com os agentes econômicos esperando uma recuperação com relação ao exercício precedente.
37. A implementação de novas licitações na área de infra-estrutura, em condições mais rentáveis e atrativas, cujos reflexos começarão a ser sentidos já no próximo exercício, é outro fator que deverá favorecer a retomada dos investimentos e contribuir para a futura reversão do desempenho do sistema econômico.
38. As projeções de receitas na Proposta inicial fundam-se, regra geral, na arrecadação realizada de janeiro a julho de 2015 e na estimada para o restante do segundo semestre desse exercício, tendo-se em conta hipóteses

---

<sup>1</sup> Próximo à data do envio da Proposta ao Congresso Nacional, em 04.09.15, o mercado (Focus-Bacen) já estimava uma queda de 0,50% no PIB de 2016 enquanto o PLOA2016 projetava positivos 0,20%. O IPCA, por sua vez, era previsto em 5,58% e 5,40%, respectivamente. Na mesma data, para 2015, o mercado previa queda de 2,44% do PIB, enquanto o Governo esperava -1,80%, e IPCA de 9,29% e 9,25%, respectivamente. Mais recentemente, em 30.10.15, segundo o Focus, o mercado espera queda de 3,05% do PIB e IPCA de 9,91% para 2015, enquanto para o Poder Executivo esses números são de -2,44% e 9,29%, respectivamente, consoante a Avaliação do 4º bimestre.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

de comportamento dos parâmetros relevantes até o final de 2015 e sobre informações específicas de empresas e órgãos do Poder Executivo<sup>2</sup>.

39. Além disso, foram incorporados também os efeitos de medidas legislativas então em tramitação no Congresso Nacional, aí incluída a Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 87, de 2015 que trata da prorrogação em novos termos da desvinculação dos recursos da União (DRU).
40. Integram o rol de indicadores fundamentais os índices geral de preços e de preços ao consumidor, os índices de preços específicos de produtos ou mercadorias, as expectativas de crescimento real da economia e de variação da massa salarial, da taxa de câmbio e da taxa de juros, para citar os mais importantes.
41. As estimativas dos indicadores econômico-fiscais usadas pelo Poder Executivo na previsão de receitas para 2015 são as que constaram da Grade de Parâmetros de 07 de agosto do mesmo ano da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF). De acordo com o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PL nº 1, de 2015-CN), Anexo II, inciso XXI, ora em tramitação no Congresso Nacional. Em 21 de novembro de 2015 deverá haver comunicação do Poder Executivo sobre a eventual atualização das hipóteses de comportamento futuro para os principais parâmetros macroeconômicos.
42. O Poder Executivo estimou, na Avaliação do 3º Bimestre, que o PIB nominal de 2015 será de R\$ 5.831,4 bilhões e, em 2016, atingiria R\$ 6.253,2 bilhões, com um aumento nominal de 7,2%, segundo o PLOA2016. Em nossa ótica, assumindo realisticamente a adoção de queda de 1% no crescimento econômico de 2016 e maior expectativa do IPCA, da ordem de 6,0%, estimamos que o PIB nominal no próximo exercício fique em torno de R\$ 6.119,0 bilhões, com expansão nominal de cerca de 5,0%.
43. A Proposta admite, ainda, taxa básica de juros (SELIC) média de 13,42% em 2016, contra 13,31% esperada para 2015, e taxa de câmbio média,

---

<sup>2</sup> Parâmetros econômicos elaborados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE-MF) de 07.08.2015.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

para os mesmos exercícios, de R\$ 3,39 e R\$ 3,15, por unidade de dólar. Ao final de exercício, a SELIC de 2016 e 2015 é suposta em 12,00% e 14,25%, respectivamente.

44. A lenta superação da crise externa também tem contribuído negativamente para agravar o desempenho da economia brasileira, com a expectativa de crescimento do produto para 2015 sendo sucessivamente revista para menor no decorrer do exercício, num comportamento semelhante ao já observado desde o ano anterior.
45. Num primeiro momento, por ocasião da Proposta para 2015, o Governo esperava crescimento de 3,0% para o PIB. O Congresso Nacional baixou essa expectativa para 0,77% na Lei Orçamentária, com base no cenário que prevaleceu no Parecer da Receita, diante da evolução muito tímida da atividade e antevendo novos percalços adiante. Mais adiante, o Poder Executivo veio a acolher nova redução, admitindo então variação negativa de 1,20 na Avaliação de Receitas e Despesas do 2º Bimestre, e, ao final de julho, na Avaliação do 3º Bimestre voltou a reduzir a expectativa de 2015 para menos 1,49% e, finalmente, para as projeções do PLOA2016 adotou queda ainda maior, de -1,80%, para o crescimento real do PIB de 2015.
46. Segundo o IBGE, no 1º semestre de 2015 com relação ao período equivalente de 2014 o PIB mostrou crescimento negativo de 2,10%. Conforme observado, essa tendência decrescente já vinha desde 2014, sendo que o 1º trimestre deste ano com relação ao último de 2014 já mostrava queda de -0,20%, piorando o fraco desempenho positivo de 0,10% de crescimento observado em todo o ano de 2014 em confronto com o ano precedente.
47. Há queda generalizada em todos os componentes da demanda interna, na comparação do 2º trimestre de 2015 contra mesmo período de 2014. O consumo das famílias, que vinha em seguidos crescimentos, registrou queda de 2,70% decorrente da deterioração do emprego, renda, crédito e inflação, e a formação bruta de capital fixo sofreu contração de 12,7%. Com



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

isso, a taxa de investimento estacionou em 17,8% do PIB, ligeiramente abaixo na registrada no mesmo período de 2014.

48. Por conta, principalmente, do crescimento negativo observado até agora as contas públicas em 2015 estão se deteriorando aceleradamente, com as estimativas de Receitas Primárias sendo sucessivamente revistas para abaixo nas duas Avaliações de Receitas e Despesas realizadas pelo Poder Executivo até o envio da Proposta ao Congresso Nacional.
49. Como consequência, o Resultado Primário Consolidado do Setor Público executado em 2015, medido nos últimos 12 meses até julho, segundo o Bacen, está deficitário em 0,89% do PIB, superior ao registrado em dezembro de 2014 que ficou ineditamente deficitário em 0,59% do PIB, enquanto que em julho de 2013 foi superavitário em 1,77% do PIB.
50. Recorde-se que a Meta Fiscal Consolidada (“cheia”) para 2016 foi inicialmente fixada em R\$ 126,8 bilhões (R\$ 104,6 bilhões para o Orçamento Fiscal e da Seguridade) no PLDO2016, ainda em tramitação no CN, sem permissão de abatimento a título de investimentos como ocorria em exercícios anteriores. Posteriormente, diante do fraco desempenho fiscal de 2015, essa meta foi reduzida para R\$ 43,8 bilhões (R\$ 34,4 bilhões para o Orçamento Fiscal e da Seguridade), correspondendo a 0,70% do PIB<sup>3</sup>.
51. Para 2015 o PLN nº 5-CN, de 22.07.2015, igualmente reduziu a meta consolidada original de R\$ 66,3 bilhões para apenas R\$ 8,7 bilhões e admitindo redução em até R\$ 26,4 bilhões, caso fossem frustradas as receitas extras previstas no PRORELIT, RERCT e Concessões, o que significava dizer que poderia haver déficit em 2015.
52. Mais recentemente, por meio do Ofício Interministerial nº 093/2015/MF/MPOG, de 27.10.2015, o Poder Executivo submeteu nova sugestão à apreciação do Relator do citado PLN nº 5, de 2015. Nele destaca que a pronunciada queda da arrecadação, a despeito do contingenciamento de despesas de R\$ 78,0 bilhões, levou à necessidade de nova proposta de

---

<sup>3</sup> O Ofício nº 164/2015-MP, de 05.08.2015, propõe nova redação ao art. 2º do PLDO2016 e ao Anexo de Metas Fiscais desse projeto de lei.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

meta de resultado primário para 2015, agora na forma de um déficit de R\$ 51,8 bilhões para o Governo Central, e de R\$ 48,9 bilhões para o Setor Público Não Financeiro Consolidado.

53.A Proposta de Orçamento para 2016 contemplou Resultado Primário da União em inédito valor negativo de R\$ R\$ 30,5 bilhões (-0,49% do PIB), bastante abaixo da prevista no PLDO2016 modificado pelo próprio Poder Executivo. Diante da reação negativa, essa meta foi posteriormente revista para positivos 0,55% do PIB, conforme as diretrizes orçamentárias, e foram elaboradas proposições de atos legais adicionais tanto do lado da receita como da despesa para o ajuste da Proposta para 2016 visando o alcance dessa meta.

54.Relativamente à meta da taxa básica de juros SELIC, depois de ter voltado a um dígito no início de março de 2012 essa taxa continuou caindo até atingir 7,25% a.a. na reunião do Copom de 10 de outubro desse ano, a menor historicamente observada. Foi assim mantida até a reunião de abril de 2013 quando, devido ao recrudescimento das pressões inflacionárias, foi elevada para 7,50% e fechou dezembro com 10,0%. Em 2014 encerrou o exercício com 11,75% e, em 2015, continuou em elevação até julho quando se estabilizou em 14,25%, principalmente para evitar que os efeitos da recomposição de preços administrados e desvalorização cambial recente se propagassem para o restante da economia.

55.O aumento de gastos com juros sobre a dívida pública<sup>4</sup>, associado à piora nos resultados primário, tem seu retrato final na crescente evolução da relação Dívida Bruta do Governo Geral do Setor Público (DBGG) e PIB que, nos últimos exercícios tem crescido fortemente. Em julho de 2013 correspondia a 55,3% do PIB; em julho de 2014 subiu levemente para 55,5% do PIB e, em julho de 2015, saltou para 64,6% do PIB.

---

<sup>4</sup> Os juros nominais, medidos nos últimos doze meses, como proporção do PIB, evoluíram de 4,57% do PIB no acumulado de julho de 2013 para 4,75% do PIB em julho de 2014 e para 7,92% do PIB em julho de 2015. Os resultados primários, por sua vez, nas mesmas datas mostraram valores de -1,77% do PIB; +0,59% do PIB e +0,89% do PIB (recorde-se que resultado primário positivo significa déficit primário).



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

56. Relativamente à Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a Proposta para 2016 contempla a hipótese de aumento da DLSP de 34,1% do PIB em 2014 para 36,1% do PIB ao fim de 2015 e de 39,0% em 2016, refletindo o fato de que, com um robusto nível de reservas, a desvalorização cambial observada atenua o reflexo do aumento da dívida bruta. Os agentes de mercado consultados semanalmente pelo Banco Central também preveem elevação da relação, sendo 36,3% do PIB para 2015 e 39,2% do PIB para 2016<sup>5</sup>.
57. Com respeito ao Resultado Nominal do Setor Público Consolidado, que é o indicador do impacto da execução da política fiscal na DBGG, a Proposta para 2016 espera um resultado deficitário de 7,0% do PIB em 2015, superior aos 6,2% do PIB registrados no ano anterior, mas, para 2016, um declínio para 5,9% do PIB para 2016, como consequência da política de ajuste fiscal proposta. Cabe lembrar que, em 2013 esse resultado foi de 2,4% do PIB, mas, em 2014, já havia subido para os 6,2% do PIB antes comentado.
58. Relativamente ao petróleo, após os preços elevados atingidos em 2008, (até US\$ 133,00 para o *Brent*), as cotações caíram significativamente e, em 2013 e 2014, gravitaram ao redor de US\$ 105,00. Em 2015 caiu mais ainda e, na média, deverá ficar perto de US\$ 60,00. A Proposta emprega cotação média do barril do tipo *Brent* de US\$ 55,94, abaixo da Avaliação do 3º Bimestre que previu US\$ 66,50. A recuperação econômica mundial tem sido vagarosa e a criação de novas fontes de oferta, principalmente nos EUA, tem pressionado os preços para baixo.
59. O câmbio médio para 2016 de acordo com o prognóstico do mercado será mais elevado do que o previsto no Projeto de Lei Orçamentária, envolvendo uma taxa de R\$ 3,65 por dólar contra R\$ 3,39 por dólar na Proposta. Para 2015 o mercado espera R\$ 3,60 enquanto a Proposta estima R\$ 3,15.<sup>6</sup>
60. A massa salarial começa a dar sinais de desaceleração, refletindo os índices de menor crescimento econômico. Em termos nominais em 2014 cresceu 9,94%, contra acima de 10,0% nos anos anteriores. O Projeto de Lei Orçamentária para 2016 contempla expansão nominal 3,20% em 2015 e

---

<sup>5</sup> *Op. cit.*



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

de 2,32% em 2016, refletindo quedas na taxa de ocupação, bem como na evolução dos rendimentos nominais que, entre outros, é influenciada pelo negativo ou baixo crescimento econômico que afeta a fixação do aumento do salário mínimo.

61. Parâmetros específicos afetarão itens relevantes da receita tradicionalmente administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2016, como as vendas de produtos do fumo, bebidas e veículos. O volume de importações é esperado para continuar arrefecendo devido à desvalorização cambial e à desaceleração da economia.

### 1.4 Avaliação das Estimativas de Receita do PLOA2016

62. A metodologia de estimação das receitas primárias contidas no PLOA2016 acha-se comentada no item 1.7 deste Parecer.

63. As estimativas de receita constantes das Propostas de Orçamento encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo foram sempre, até a crise de 2008/2009, inferiores aos valores efetivamente realizados. Desde 2009, porém, o arrecadado tem ficado abaixo da estimativa da Proposta, com exceção de 2011 quando superou em 1,2% a prevista no Projeto de Lei e ficou 1,1% abaixo da Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.<sup>7</sup> A partir de 2012 o valor arrecadado voltou a ficar abaixo do projetado tanto no Projeto de Lei como na Lei. Para 2015, dada a forte queda na taxa de crescimento da economia, a estimativa de arrecadação trazida pelo Relatório de Avaliação da Receita e Despesa do 3º bimestre, elaborado pelo Poder Executivo, mostra que a receita realizada deverá ficar quase 10,0% abaixo da Proposta original e em torno de 8,5% abaixo da prevista na Lei Orçamentária do exercício<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> *Op. cit.*

<sup>7</sup> Mesmo em 2010 a receita realizada, se não considerado o ingresso extraordinário de R\$ 78,4 bilhões, produto da venda de cinco bilhões de barris de petróleo pela União à Petrobras, ficou abaixo da Proposta em R\$ 7,4 bilhões.

<sup>8</sup> Pelo Relatório de Avaliação da Receita e Despesa do 4º Bimestre a diferença entre o realizado e o projetado, originalmente e na Lei, continua a se ampliar.



### **1.4.1 A Reestimativa das Receitas do Orçamento para 2015**

64.A reestimativa da Receita Primária Bruta para 2015, contida na reprogramação orçamentária elaborada pelo Poder Executivo na Avaliação do 3º Bimestre, no montante de R\$ 1.325,3 bilhões, embora maior do que a arrecadação de R\$ 1.221,5 bilhões realizada no ano precedente equivale a 22,7% do PIB abaixo dos 23,6% do PIB de 2014. É também inferior à prevista na LOA2015 que é de R\$ 1.447,8 bilhões, refletindo os efeitos da queda do crescimento da economia.

65.A Receita Administrada pela RFB, o maior subconjunto das Receitas Primárias, mostrou fraco desempenho na arrecadação realizada até julho, destacando-se, em particular, a frustração ocorrida no mês anterior, mesmo com a ocorrência neste ano de importantes ingressos atípicos, no valor de R\$ 13,1 bilhões (R\$ 4,6 bilhões de transferência de ativos entre empresas, R\$ 1 bilhão de remessas para residentes no exterior e R\$ 7,5 bilhões pela recuperação de débitos em atraso). A erosão da base tributável, decorrente da atividade econômica bastante menor do que a embasou as estimativas da Lei, ou mesmo da Reprogramação do Poder Executivo no 2º bimestre, concorreu para novos recuos na estimativa desses ingressos para 2015 contidas na Avaliação do 3º Bimestre<sup>9</sup>.

66.Como proporção do PIB, é possível que esse segmento arrecade em 2015 mais do que em 2014 (14,04% contra 13,39%), a despeito do aprofundamento da recessão econômica, mas impulsionado pela arrecadação de receitas atípicas (entre outras, parcelamentos de débitos tributários, transferências de ativos entre empresas, recuperação de débitos em atraso por parte de ações administrativas).

67.Relativamente à Arrecadação Líquida do INSS, o segundo mais importante bloco das Receitas Primárias, a arrecadação prevista LOA2015 em R\$ 392,7 bilhões caiu para R\$ 349,9 bilhões na Avaliação do 3º Bimestre, aí

---

<sup>9</sup> A Secretaria da Receita Federal do Brasil em seu informe mensal gerencial de agosto confirma o medíocre desempenho da arrecadação que, no período de janeiro a agosto de 2015 relativamente ao mesmo período de 2014, os tributos por ela administrados, inclusive o RGPS, teve a arrecadação reduzida em 2,5% em termos reais..



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

considerada a compensação pelas desonerações da folha, também sofre os reflexos da queda no crescimento que deteriora as condições no mercado de trabalho. Em proporção do PIB, cai de 6,11% do PIB em 2014 para 6,00% do PIB na Avaliação do 3º bimestre.

68. Dentro do terceiro grande bloco de Receitas Primárias, a chamada Receita Não Administrada, destaca-se o aumento na estimativa de Receita com Concessões, de R\$ 15,2 bilhões na LOA2015 para R\$ 18,3 bilhões na Avaliação do 3º Bimestre, contra um valor realizado de R\$ 7,9 bilhões em 2014. Tal previsão depende apoia-se no êxito das outorgas de serviços de telecomunicações, e, principalmente, nos leilões para exploração e produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal (lembre-se que no caso da 13ª rodada da ANP isto não se verificou), cuja realização mostra-se bastante remota no atual cronograma. A única expectativa positiva repousa no leilão das geradoras de energia elétrica que serão realizados em novembro.
69. Outro importante item desse bloco é a Receita com *Royalties* e Compensações Financeiras, estimada em R\$ 50,4 bilhões na LOA2015, mas revistos para R\$ 31,1 bilhões no 3º Bimestre, abaixo dos R\$ 39,4 bilhões arrecadados em 2014, refletindo os efeitos combinados da elevação da cotação do dólar e do menor preço médio de referência do barril *Brent*.
70. A estimativa da Receita com Dividendos, outra destacada fonte de receita, também vem sendo revisada para baixo com expectativa no 3º Bimestre de R\$ 17,0 bilhões para 2015, contra R\$ 25,0 bilhões na LOA2015 e R\$ 18,9 bilhões arrecadados em 2014, como resultado da menor expectativa de geração de lucros por parte das empresas estatais federais.
71. A estimativa de arrecadação com Contribuições ao Plano de Seguridade do Servidor, com o Salário-Educação e com as Receitas Próprias estão relativamente menos discrepantes com a previsão orçamentária de 2015, sendo que a maior diferença repousa no Salário-Educação que sofre maior influência da queda do nível de emprego e da renda. As Demais Receitas,



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

embora fiquem cerca de R\$ 11,0 bilhões abaixo da LOA2015, estão ainda R\$ 4,0 bilhões acima da registrada em 2014.

72.A Avaliação do 3º Bimestre prevê ainda R\$ 3,0 bilhões de Receita de Operações com Ativos. Essa receita refere-se à venda de patrimônio inservível da União e na LOA2015 mostrava R\$ 3,3 bilhões, mas, na Avaliação do 3º Bimestre foi reduzida para R\$ 3,0 bilhões. Até julho de 2013, nada havia ingressado a esse título e, provavelmente, assim continuará até o fim do exercício.

### 1.4.2 A Estimativa das Receitas no Orçamento para 2016

73.A *Receita Total do Projeto de Lei de Orçamento para 2016* soma R\$ 3.000,3 bilhões, sendo R\$ 2.903,4 bilhões dos *Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social* e R\$ 96,9 bilhões do *Orçamento de Investimento das Empresas Estatais*. Do total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, R\$ 1.401,8 bilhões correspondem às *Receitas Primárias Brutas* e R\$ 1.501,6 bilhões se constituem em *Receitas Financeiras*<sup>10</sup>.

74.A *Receita Primária Bruta*, ou Total, no montante de R\$ 1.401,8 bilhões, representará 22,42% do PIB, ficando abaixo da contida na LOA2015 que alcançou R\$ 1.447,8 bilhões (26,21% do PIB), mas, em termos nominais, acima da provável realização contida na Avaliação do 3º Bimestre que a estima em R\$ 1.325,3 bilhões para 2015. No realizado de 2014 registrou R\$ 1.221,5 bilhões.

75.As *Receitas Primárias Líquidas*, que é a relevante para efeito de análise da alocação de recursos no orçamento pelo Congresso Nacional, também apresentam declínio ao registrar R\$ 1.180,1 bilhões para 2016 contra R\$ 1.223,4 bilhões na LOA2015, mas são maiores nominalmente que a esperada para 2015 na Avaliação do 3º Bimestre em R\$ 1.111,6 bilhões e ao

---

<sup>10</sup> Dentro das receitas e despesas primárias do Orçamento Fiscal encontra-se o valor de R\$ 18,5 bilhões relativos à compensação da União ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social por perdas decorrentes da desoneração da folha de pagamentos, que a análise a seguir considera como somada à arrecadação do RGPS



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

registrado em 2014 que ficou em R\$ 1.023,0 bilhões. Em termos de participação no PIB serão de 18,87% em 2016, inferior às estimativas para 2015, porém um pouco acima da realizada em 2014.

76. As *Transferências Legais a Estados e Municípios* são estimadas em R\$ 221,7 bilhões para 2016 contra uma estimativa de R\$ 224,4 bilhões na LOA2015 e R\$ 213,7 bilhões na última Avaliação, caindo em proporção do PIB para 3,55%, em grande parte em decorrência da partilha de tributos cuja arrecadação correlaciona-se com o crescimento do PIB e da redução dos ganhos esperados com o *royalties* da produção de petróleo.

### **1.4.2.1 Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, para 2016**

77. Na Proposta, a *Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal Brasil (RFB), exceto RGPS*, cai em relação ao PIB, no conjunto, passando de total de 14,04% do PIB na Avaliação do 3º Bimestre de 2015, 15,66% do PIB na LOA2015 e 13,39% do PIB no realizado em 2014 para 13,80% do PIB no Projeto para 2016. Há, porém, um aumento nominal de R\$ 43,9 bilhões com relação à última Avaliação.

78. A arrecadação do *Imposto de Importação - II* no PLOA2016, que é de 0,77% do PIB, aumenta em relação à estimativa da Avaliação do 3º Bimestre de 2015 que é de 0,68% do PIB, em função basicamente do esperado aumento do valor em dólar das importações de 5,7%% e da variação cambial de 7,7%.

79. A receita do *Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI*, por sua vez, passa de 0,91% do PIB na Avaliação para 0,94% do PIB em 2016, com esse aumento sendo mais consequência do efeito-legislação (alteração na sistemática de recolhimento do IPI-bebidas – Lei n<sup>o</sup> 13.097/15; recomposição das alíquotas de automóveis – Decretos n<sup>os</sup>. 7.971/13 e 8.168/13; recomposição de alíquotas de outros produtos – Decretos n<sup>os</sup>. 8.116/13 e 8.280/14 e equiparação de atacadistas de cosméticos à indústria – Decreto n<sup>o</sup> 8.393/15), pois há queda no consumo de cigarros, pequeno



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

aumento na venda de bebidas e modesto crescimento na venda dos demais bens, com exceção dos automóveis onde se espera crescimento de 7,4%. A variação de preços tem menor influência porque no caso de Fumo e Bebidas o imposto é fixo por unidade de produto e para os demais bens espera-se aumento de preço de 6,7%, com os automóveis tendo expectativa de aumento de apenas 1,6% nesse quesito.

80. O *Imposto de Renda Total* cai de 5,34% do PIB na Avaliação do 3º Bimestre para 5,19% do PIB na LOA2016, embora com aumento nominal de R\$ 13,2 bilhões, sendo essa variação absoluta basicamente explicada por: no IRPF e IRfonte pela variação nominal da massa salarial de 2,3%, do índice ponderado de preço (IER) de 6,2%, do aumento de preços dos rendimentos de capital de 3,7%, conjugado ao aumento real do PIB de 0,2% para 2016 e ao aumento real das aplicações financeiras em 10,0%; no IRPJ, pela variação de preços de 6,7% e variação do PIB de 0,2%.

81. A receita da *Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL* passa de 1,16% para 1,08% do PIB, devido à variação de preço de 6,7% e variação do PIB real de 0,2%, conjugado à elevação das alíquotas das instituições financeiras de 15% para 20%

82. A receita conjunta das *Contribuições Sociais da COFINS/PIS-PASEP* aumenta levemente de 2015 para 2016, passando de 4,52% do PIB para 4,69% do PIB, decorrente basicamente da variação esperada de preços de venda em 6,5% e do efeito legislação pela alteração das condições de enquadramento do Simples Nacional (LC nº 147/14); incidência sobre ganho de capital na alienação societária (Lei nº 13.043/14); aumento de alíquotas sobre combustíveis e importação (Decreto nº 8.395/15 e Lei nº 13.137/15) e restabelecimento da incidência sobre receitas financeiras de pessoas jurídicas no regime de apuração não-cumulativa. A expectativa de receita extraordinária de R\$ 7,7 bilhões é parcialmente amortecida pelo ajuste da base de 2015 em R\$ 2,2 bilhões.

83. Tomando-se os tributos e contribuições com bases tributárias assemelhadas, os maiores crescimentos nominais de receita em relação à



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

3ª Avaliação de 2015 ocorrem no IRPJ/CSLL, com crescimento de R\$ 13,3 bilhões, e na COFINS/PIS-PASEP, com R\$ 30,3 bilhões. Do aumento esperado de R\$ 43,9 bilhões nas Receitas Administradas pela RFB, esses tributos responderão por mais de 99,0%.

84. A CIDE- Combustíveis passa de 0,06% do PIB em 2015 para 0,10% do PIB em 2016, com aumento de R\$ 3,0 bilhões, devido ao restabelecimento da tributação positiva (Decreto nº 8.395/15).

85. A receita do IOF cresce como proporção do produto, de 0,60% em 2015 para 0,66% do PIB em 2016, e mostra aumento nominal de R\$ 6,3 bilhões em 2016, praticamente devido ao aumento de preços de 6,2% e a alteração das alíquotas do crédito à pessoa física (Decreto nº 8.395/15).

86. As Outras Receitas Administradas pela RFB, onde também se inclui a arrecadação de tributos por conta de renegociação de dívidas de contribuintes ainda não classificadas em seus devidos códigos, caem de 0,79% para 0,37% do PIB, com variação negativa de R\$ 23,0 bilhões, revelando menor presença desse tipo de ingresso. O valor inflado da estimativa para 2015 da Avaliação do 3º Bimestre de R\$ 45,9 bilhões deve-se à inserção da expectativa de, entre outros, de medidas de recuperação de débitos em atraso (PRORELIT – MP nº 685/15), expectativa de abertura do capital da Caixa Seguridade, regularização de ativos no exterior e outras operações de ativos com efeitos na legislação tributária. Note-se, porém, que o valor esperado para 2016, de R\$ 23,0 bilhões, é bastante próximo do realizado em 2014, de R\$ 21,0 bilhões.

87. Finalmente, como tem ocorrido em exercícios anteriores, aspecto delicado da estimativa é a previsão de *Receitas Extraordinárias, ou Atípicas*, que na avaliação do Poder Executivo podem chegar a R\$ 18,4 bilhões em 2016, inferior ao valor de R\$ 27,5 bilhões contido no PLOA 2015 é bastante mais modesta do que a prevista na Avaliação do 3º Bimestre de 2015, que é de R\$ 51,6 bilhões, esperada para ser colhida no curto período de julho a dezembro de 2015. Para 2016 essas receitas, embora se distribuam por todos os itens da Receita Administrada pela SRFB, estão predominantemente alocadas em



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

tributos de base de cálculo assemelhadas, como a COFINS/PIS-PASEP, que contam com R\$ 7,7 bilhões, e o IRPJ/CSLL, que esperam aproximados R\$ 8,5 bilhões.

88. Acrescente-se a esse quadro de receitas relativamente menos prováveis de realização a previsão incluída como “*Medidas Legislativas e Administrativas*”, que, segundo a SRFB, estariam ainda em tramitação, e que renderiam adicionais R\$ 11,3 bilhões para 2016<sup>11</sup>.

### 1.4.2.2 Arrecadação Líquida do RGPS para 2016

89. A *Arrecadação Líquida do RGPS* de R\$ 366,1 bilhões, prevista no PLOA2016, aumentará em R\$ 16,1 bilhões, com relação à Avaliação do 3º Bimestre de 2015, porém mostrará queda como proporção do PIB: de 6,11% no realizado de 2014 para 6,0% do PIB em 2015, de acordo com essa Avaliação, e para 5,85% do PIB em 2016, de acordo com a Proposta, já refletindo o aumento da taxa de desemprego e a menor evolução da massa salarial, com variação de apenas 3,02% nesse quesito, acrescido de um efeito-legislação positivo de 2,4% decorrente do aumento esperado do salário-mínimo, do teto previdenciário e reoneração da folha de pagamento pela Lei nº 13.161/15. Na arrecadação líquida apontada estão incluídos R\$ 18,5 bilhões referentes à compensação por desonerações da folha de pagamentos.

### 1.4.2.3 Receitas Administradas Por Outros Órgãos para 2016

90. No conjunto das *Receitas Administradas Por Outros Órgãos*, no montante de R\$ 173,0 bilhões no PLOA2016, haverá um acréscimo nominal de receita de R\$ 16,5 bilhões, na comparação com a esperada para 2015 na Avaliação do 3º Bimestre. Aumenta também, levemente, como proporção do PIB, de 2,68% para 2,77%.

---

<sup>11</sup> Consoante a SRFB, a composição disso, sem maiores explicações metodológicas, seriam: 1) IOF BNDES, com R\$ 3,0 bilhões; 2) fim da desoneração de PIS/COFINS dos computadores, com R\$ 6,7 bilhões; 3) Bebidas Quentes, com R\$ 1,0 bilhão e 4) IRPJ do lucro presumido – direito de imagem, com R\$ 0,62 bilhão.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

91. Esse aumento decorre fundamentalmente do item *Operações com Ativos* para o qual se espera um aumento da receita em R\$ 24,3 bilhões em 2016, uma vez que há queda de R\$ 8,2 bilhões na previsão da receita com *Concessões*, e de R\$ 4,8 bilhões na receita com *Dividendos*. Para os demais itens de receita desse conjunto as variações de receitas são bem menos significativas ou mesmo irrelevantes.
92. As receitas de *Concessões* mais relevantes estão em bônus de assinatura de campos petrolíferos potenciais, como o Pau-Brasil, outorga aeroportuária e parcelas corrigidas de outorgas já realizadas em telecomunicações (3G, 4G e SMP bandas A e B).
93. A queda nas receitas com *Dividendos* reflete os menores resultados esperados pelas estatais, sendo que BNDES, Caixa e Banco do Brasil responderão por quase 80% do total previsto no item.
94. As Receitas com *Royalties e Compensações Financeiras* crescem, passando de R\$ 31,1 bilhões em 2015 na Avaliação do 3º Bimestre para R\$ 33,0 bilhões em 2016, mas mantém a mesma proporção de 0,53% do PIB e mostram aumento nominal de R\$ 1,9 bilhão. Essas receitas, estimadas pela ANP, vêm quase integralmente do petróleo, e, neste caso, dependem de: a) da taxa de câmbio média do dólar, estimada para 2016 em R\$ 3,39, com base na grade da SPE/MF; b) do aumento da produção, estimado pela ANP<sup>12</sup> e c) da cotação média do barril *Brent*, imaginada em US\$ 55,94, com base na grade da SPE/MF.
95. A expectativa de *Receita de Operações com Ativos*, que era estimada em apenas R\$ 3,0 bilhões em 2015, ou 0,05% do PIB, na Avaliação do 3º Bimestre, aumentará para R\$ 27,3 bilhões em 2016, ficando com 0,44% do PIB. Um montante dessa magnitude dificilmente é previsto neste item de receita, cujo histórico de arrecadação tem sido praticamente nulo. Alega-se, porém, que no presente haverá condições mais favoráveis de realizar tais

---

<sup>12</sup> A ANP, na NT nº 39/2015/SPG, de 02.09.2015, não forneceu, como antes, o aumento médio da produção física. Pela nova metodologia, a *receita bruta de petróleo de cada campo* é calculada da seguinte forma: *previsão da produção física de petróleo x fator de redução da produção com base no realizado com previsto histórico x previsão para o valor do Brent em dólares x previsão do valor do dólar x relação histórica entre o valor do Brent e o preço do petróleo no campo*.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

alienações, tendo em vista modificações operadas na estrutura operacional de gerenciamento e controle desses bens, em especial em decorrência da MP nº 691/2015 ( conhecida por legalização de terrenos de marinha). Os valores que formam essa estimativa são: legalização terrenos de marinha e urbanos, com R\$ 18,0 bilhões; venda de participação da Infraero, com R\$ 7,0 bilhões; terrenos CEAGESP, com R\$ 1,3 bilhão e leilão da folha do funcionalismo, com R\$ 1,0 bilhão.

96. Anote-se que, historicamente, as Receitas Administradas por Outros Órgãos, algumas vezes, têm servido como tentativa de compensar a frustração das receitas tributárias devido ao crescimento econômico aquém do esperado<sup>13</sup>.

97. Mas, um aspecto distintivo que fica para o exercício vindouro é que algumas receitas que estavam sendo previstas para entrar em 2015 não mais o farão, em parte ou no todo, devido a problemas de mercado ou de adesão, e poderão ingressar em 2016. É o caso, por exemplo, do adiamento da venda de ações ao público da Caixa Seguridade e, possivelmente, do Instituto de Resseguros do Brasil- IRB, devido às condições adversas de mercado, e no qual se esperava apurar R\$ 5,0 bilhões. Também foi adiado o leilão da folha de pagamento dos funcionários públicos com o qual esperava se obter outros R\$ 5,0 bilhões. Outra possibilidade seria aguardar para 2016 os possíveis resultados do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT, visto que ainda tramita na Câmara dos Deputados. Esse item tem receita em 2015 prevista em R\$ 11,1 bilhões, respectivamente.

98. O Projeto de Lei contempla também a *Receita do Complemento do FGTS*. Em 2015, segundo a Avaliação do 3º Bimestre, a receita desse item está estimada em R\$ 4,5 bilhões. A previsão para 2016 é de R\$ 4,8 bilhões.

99. A *Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS* para 2016, no montante de R\$ 13,5 bilhões mostra participação de 0,22% do PIB, subindo com relação a 2015 quando representou 0,20% do PIB na Avaliação do 3º Bimestre.

---

<sup>13</sup> Em 2012, por exemplo, a rubrica Alienação de Títulos Mobiliários teve sua receita reforçada com o resgate de R\$ 12,4 bilhões que estavam alocados no Fundo Soberano.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

100. A *Contribuição do Salário-Educação*, embora aumente em termos nominais para R\$ 19,7 bilhões, mostra pequena queda em relação ao PIB de 0,33% em 2015 para 0,32% em 2016.
101. A *Receita Própria* (fontes 50, 81 e 82) mantém para 2016 a mesma proporção do PIB de 2015: 0,25%, e é objeto de comentários adicionais no item 1.4.3 deste Parecer.
102. As Demais Receitas caem ligeiramente em termos nominais, sendo fixadas em R\$ 36,9 bilhões, com sua participação no PIB diminuindo de 0,63% do PIB em 2015 para 0,59% do PIB em 2016.

### **1.4.2.4 Revisão da Receita para 2016 pelo Congresso Nacional**

103. Nossa avaliação geral é de que a estimativa da Receita Primária Total contida no PLOA2016, acrescida de alguns dos valores decorrentes do documento intitulado *Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 – Arrecadação*, igualmente elaborado pelo Poder Executivo, está em desacordo com as reais possibilidades de arrecadação nesse exercício.
104. A *Receita Primária Total* inicialmente foi prevista na Proposta para 2016 em R\$ 1.401,8 bilhões, com acréscimo de R\$ 76,5 bilhões, ou de 5,8%, sobre a estimativa para 2015 de R\$ 1.325,3 bilhões produzida na Avaliação do 3º Bimestre de 2015. A *Receita Primária Líquida*, ou seja, a Receita Primária Total deduzida das Transferências a Estados e Municípios, foi estimada em R\$ 1.180,1 bilhões superando em R\$ 68,5 bilhões a estimativa de arrecadação de R\$ 1.111,6 bilhões contida na referida Avaliação.
105. Em setembro de 2015, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional medidas adicionais listadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG em Apresentação do dia 14 do mesmo mês, contidas na citada *Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 – Arrecadação*, onde são elencadas proposições legislativas tanto na área de redução de gasto tributário, como de realocação de fontes de receita ou de aumento de receitas que, somadas às proposições relativas aos ajustes em despesas



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

discricionárias e obrigatórias, contidas na mesma Apresentação, visavam transformar o Resultado Primário inicial de R\$ 30,5 bilhões negativos (-0,49% do PIB), previsto no PLOA2016, para R\$ 34,4 bilhões positivos (+0,55% do PIB), colocando-o em consonância com a Proposta de alteração do PLDO2016.

106. Entendemos que há necessidade de outros ajustes para adequar o cenário prospectivo das receitas às reais condições da economia.
107. Avaliamos que o emprego da taxa positiva de crescimento real do PIB de +0,20%, embutida nas projeções para 2016, não é factível de ser obtida, diante das negativas perspectivas econômicas hoje vigentes, cuja reversão depende com destaque do ajuste sustentável das finanças públicas, sem o que não se criará condições para a retomada da confiança dos agentes privados.
108. Desse modo, uma consideração realista das perspectivas de arrecadação para 2016 impôs a revisão das hipóteses iniciais do PLOA2016, e, para tanto, adotamos para esse exercício a hipótese de crescimento econômico negativo de 1,0% para o PIB e de 6,0% para a variação acumulada do IPCA.
109. Com essa revisão tivemos uma expressiva redução de R\$ 11,0 bilhões na estimativa inicial de arrecadação da Receita Administrada pela SRFB, pois há uma gama de tributos cuja previsão é dependente da variação esperada do PIB. Por outro lado, uma revisão de estimativa da arrecadação previdenciária, indicou um ganho de R\$ 822,0 milhões, com relação à estimativa inicial.
110. Das medidas propostas pelo Poder Executivo após o envio da Proposta de 2016, diversas delas foram incorporadas ao nosso Relatório, por entendermos que são passíveis de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, tanto pela natureza das medidas como por conterem relativamente menos dificuldades no processo de tramitação. Nesse conjunto há, inclusive, medidas que já estão tendo validade jurídica por terem sido baixadas por meio de medidas provisórias ou mesmo decreto daquele Poder.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

111. Porém, nesse processo de análise optamos por não incluir em nossa reestimativa da receita os recursos que seriam decorrentes da instituição da CPMF, porque o instrumento legal que a institui, Proposta de Emenda Constitucional (PEC), enfrenta obstáculos de toda a ordem à sua tempestiva aprovação. A exigência de *quorum* qualificado e de regras processuais legislativas distintas assumem maior dimensão diante do atual cenário econômico e político nacional que se mostra contrário a proposições de ajuste que se apoiem fortemente no aumento de carga tributária sobre a sociedade brasileira.
112. Nesse contexto, o trâmite dessa proposição enfrenta considerável dificuldade e, se eventualmente vier a ser aprovada no exercício vindouro, na nossa avaliação somente o seria em fins do último trimestre, o que inviabiliza a geração de arrecadação no exercício de 2016.
113. Em consequência, tendo em vista a premissa que orientou a feitura deste Relatório, qual seja a de oferecer um quadro realista das possibilidades de arrecadação tributária em 2016, levando-nos inclusive a rever a taxa de crescimento econômico, resolvemos por não considerar nenhum efeito de arrecadação no próximo exercício, resultante da possível instituição dessa Contribuição.
114. Adicionalmente, também não incluímos as medidas ligadas ao Sistema “S” por entendermos que isso poderia sobrecarregar o setor produtivo num momento delicado de queda da atividade econômica. Se não se pode estimular a economia por falta de recursos, também não se deve impor novas cargas fiscais, sob pena de se agravar as dificuldades em termos de geração de renda e empregos. Adicionalmente, lembramos que o Poder Executivo, até o momento, não expediu nenhuma proposta de alteração legislativa nesse sentido.
115. Por outro lado, resolvemos incorporar no rol de itens de receita para 2016, proposições que objetivavam produzir receitas em 2015, mas que, por dificuldades de tramitação ou de criação de condições operacionais para a sua geração, somente o farão em 2016.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

116. É o caso do leilão de usinas hidroelétricas previsto para o último trimestre de 2015, mas que devido a problemas para realização do processo licitatório não mais serão realizadas neste exercício e ficam reprogramadas para 2016, o que é estimado para gerar R\$ 11,0 bilhões de arrecadação em receitas com Concessões.
117. O adiamento para 2016 da venda de ações ao público da Caixa Seguridade e do Instituto de Resseguros do Brasil- IRB, devido às condições adversas de mercado, e no qual se esperava apurar R\$ 4,0 bilhões, com receita distribuída entre diversos tributos (Imposto de Renda, CSLL e Cofins). Neste particular, estimamos também receita adicional com Dividendos da Caixa Seguridade em R\$ 2,3 bilhões.
118. Por questões de exiguidade de tempo para a completa tramitação legislativa, também a proposta de legalização de recursos repatriados do exterior – RERCT (PL nº 2.960, de 2015) terão os recursos dela derivados apenas previstos para ingresso no exercício vindouro, estimados em R\$ 11,1 bilhões.
119. Novamente na área das Concessões, a licitação na área portuária, de vários terminais de grãos, celulose, carga geral, combustíveis, veículos e *containers*, e aeroportuária, com revisão dos valores de outorga nos projetos do Programa de Investimento em Logística - PIL (Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza) mostra expectativa de arrecadação de R\$ 1,5 bilhão.
120. Na receita de Operações com Ativos, estimamos receita adicional de R\$ 3,6 bilhões, decorrentes de medidas relacionadas aperfeiçoamento na gestão e cobrança da dívida ativa da União, e de outros R\$ 10,0 bilhões, decorrentes da aprovação parcial de emendas parlamentares à receita, em função da ampliação do escopo da MP nº 691, de 2015.
121. Isto posto, através de Emendas de Relator, integramos à nossa reestimativa das receitas para o Orçamento de 2016 as modificações comentadas e acatamos parcialmente as Emendas Parlamentares, descritas no item 1.8 Emendas à Receita Apresentadas, deste Relatório, que prevêm, no âmbito da Amazônia Legal, a venda de imóveis rurais, que não



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

contenham litígios de nenhuma ordem, preferencialmente aos seus atuais ocupantes, e amplia o escopo da MP nº 691/2015, conhecida como “*legalização de terrenos de marinha*”, a fim de possibilitar também a alienação dos imóveis da União localizados em qualquer ponto do território nacional, além dos imóveis funcionais, respectivamente. Num momento difícil de carência de recursos para realizar o ajuste fiscal desejado pela sociedade brasileira, essas proposições oferecem a real possibilidade de, no exercício vindouro, gerarem recursos da ordem de R\$ 8,0 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente, sem implicar em aumento de tributação sobre renda ou consumo da população.

122. A seguir, a Tabela II mostra a previsão das receitas efetuada pelo Congresso Nacional para o Orçamento de 2016 (coluna F) comparado com a estimativa contida no PLOA2016 (coluna D); com a estimativa para 2015, dada pela Relatório de Avaliação da Receita e Despesa do 3º Bimestre (Coluna C); com a previsão da receita da LOA2015 (coluna B) e com os valores realizados de receita de 2014 (coluna A); mostra, também, as variações da receita (coluna G) decorrente da comparação entre o PLOA2016 (coluna D) e a previsão efetuada pelo Congresso Nacional (coluna F). A Tabela III, em seguida, mostra um maior detalhamento da Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS.

123. Como resultado de nossa reestimativa observa-se um aumento da Receita Primária Bruta de R\$ 1.401,8 bilhões na Proposta (coluna D) para R\$ 1.440,9 bilhões na reestimativa do Congresso Nacional (coluna E). Na coluna F vemos que as Receitas Primárias Brutas, tendo em conta os acréscimos e decréscimos de arrecadação em relação ao PLOA2016, mostram aumento de R\$ 39,0 bilhões e as Receitas Primárias Líquidas de R\$ 31,4 bilhões. As Transferências a Estados e Municípios aumentam em R\$ 7,6 bilhões.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

**TABELA II**

**RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL E LÍQUIDA**

REALIZADA EM 2014 - LEI ORÇAMENTÁRIA E REPROGRAMAÇÃO 3º BIM DE 2015 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2016

REESTIMATIVA DO CONGRESSO NACIONAL E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À PROPOSTA

Discriminação	(A) Realizada 2014		(B) LOA 2015		(C) Repr 3º Bim 2015		(D) PLOA 2016		(E) Cong Nac		(F=E-D)
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões		R\$ milhões
<b>I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>1.221.465,7</b>	<b>22,12</b>	<b>1.447.826,8</b>	<b>26,22</b>	<b>1.325.311,0</b>	<b>22,73</b>	<b>1.401.824,3</b>	<b>22,42</b>	<b>1.440.819,2</b>	<b>23,55</b>	<b>38.994,9</b>
<b>I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS</b>	<b>739.171,7</b>	<b>13,39</b>	<b>864.621,4</b>	<b>15,66</b>	<b>818.877,3</b>	<b>14,04</b>	<b>862.752,4</b>	<b>13,80</b>	<b>872.525,4</b>	<b>14,26</b>	<b>9.773,0</b>
I.1.1. Imposto de Importação	36.563,3	0,66	47.976,8	0,87	39.851,8	0,68	48.190,1	0,77	48.190,1	0,79	0,0
I.1.2. IPI	50.146,2	0,91	59.515,1	1,08	52.968,5	0,91	58.736,9	0,94	58.736,9	0,96	0,0
I.1.3. Imposto sobre a Renda (*)	285.678,0	5,17	315.401,7	5,71	311.145,6	5,34	324.311,9	5,19	340.784,9	5,57	16.473,0
I.1.4. IOF	29.892,9	0,54	35.615,4	0,64	34.771,0	0,60	41.025,4	0,66	41.025,4	0,67	0,0
I.1.5. COFINS	198.742,4	3,60	222.907,0	4,04	208.625,5	3,58	232.846,1	3,72	235.616,1	3,85	2.770,0
I.1.6. PIS/PASEP	52.543,5	0,95	59.145,8	1,07	54.622,5	0,94	60.677,4	0,97	61.177,4	1,00	500,0
I.1.7. CSLL	64.808,1	1,17	75.873,1	1,37	67.376,9	1,16	67.504,7	1,08	68.534,7	1,12	1.030,0
I.1.7. CIDE - Combustíveis	30,3	0,00	9,7	0,00	3.578,4	0,06	6.505,4	0,10	6.505,4	0,11	0,0
I.1.8. Outras Administradas pela RFB	20.767,0	0,38	48.176,8	0,87	45.937,1	0,79	22.954,5	0,37	11.954,5	0,20	-11.000,0
<b>I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS (**)</b>	<b>337.503,1</b>	<b>6,11</b>	<b>392.710,6</b>	<b>7,11</b>	<b>349.964,2</b>	<b>6,00</b>	<b>366.087,1</b>	<b>5,85</b>	<b>366.909,0</b>	<b>5,87</b>	<b>821,9</b>
<b>I.3. Receitas Administradas por outros Órgãos</b>	<b>144.790,9</b>	<b>2,62</b>	<b>190.494,8</b>	<b>3,45</b>	<b>156.469,5</b>	<b>2,68</b>	<b>172.984,8</b>	<b>2,77</b>	<b>201.384,8</b>	<b>3,22</b>	<b>28.400,0</b>
I.4.1. Concessões e Permissões	7.921,1	0,14	15.233,2	0,28	18.251,6	0,31	10.007,0	0,16	22.507,0	0,36	12.500,0
I.4.2. Cont. Plano de Seg. do Servidor	10.917,1	0,20	12.130,4	0,22	11.422,0	0,20	13.471,3	0,22	13.471,3	0,22	0,0
I.4.3. Contribuição do Salário-Educação	18.300,7	0,33	20.420,5	0,37	19.381,5	0,33	19.717,4	0,32	19.717,4	0,32	0,0
I.4.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	39.372,8	0,71	50.397,3	0,91	31.111,8	0,53	33.033,3	0,53	33.033,3	0,53	0,0
I.4.5. Dividendos e Participações	18.939,6	0,34	25.020,4	0,45	17.042,8	0,29	12.224,8	0,20	14.524,8	0,23	2.300,0
I.4.6. Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	12.449,9	0,23	13.866,5	0,25	14.821,3	0,25	15.643,7	0,25	15.643,7	0,25	0,0
I.4.7. Demais Receitas	32.852,2	0,60	45.935,5	0,83	36.923,2	0,63	36.850,7	0,59	36.850,7	0,59	0,0
I.4.8. Complemento do FGTS	4.037,5	0,07	4.191,0	0,08	4.515,3	0,08	4.774,2	0,08	4.774,2	0,08	0,0
I.4.9. Operações com Ativos	0,0	0,00	3.300,0	0,06	3.000,0	0,05	27.262,4	0,44	40.862,4	0,65	13.600,0
<b>II. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>198.485,3</b>	<b>3,59</b>	<b>224.428,5</b>	<b>4,06</b>	<b>213.726,1</b>	<b>3,67</b>	<b>221.747,3</b>	<b>3,55</b>	<b>229.360,3</b>	<b>3,58</b>	<b>7.613,0</b>
II.1. Cide combustíveis	116,1	0,00	2,2	0,00	470,0	0,01	1.564,5	0,03	1.564,5	0,03	0,00
II.2. Compensações Financeiras/Royalties	25.151,0	0,46	32.122,8	0,58	20.142,0	0,35	21.361,1	0,34	21.361,1	0,34	0,00
II.3. Contribuição do Salário Educação	10.800,8	0,20	12.252,3	0,22	12.603,4	0,22	11.830,4	0,19	11.830,4	0,19	0,00
II.4. FPE/FPM/PI-EE	156.823,0	2,84	173.884,9	3,15	172.616,2	2,96	181.015,1	2,89	188.628,1	2,93	7.612,96
II.5. Fundos Regionais	4.579,6	0,08	5.123,1	0,09	6.965,7	0,12	4.737,4	0,08	4.737,4	0,08	0,00
II.6. Demais	1.014,9	0,02	1.043,2	0,02	908,7	0,02	1.238,8	0,02	1.238,8	0,02	0,00
<b>III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>1.022.980,4</b>	<b>18,53</b>	<b>1.223.398,3</b>	<b>22,15</b>	<b>1.111.584,9</b>	<b>19,06</b>	<b>1.180.077,0</b>	<b>18,87</b>	<b>1.211.458,9</b>	<b>19,97</b>	<b>31.382,0</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças - MPOG e Secretaria de Política Econômica - MF

Memo: Produto Interno Bruto - PIB (R\$ milhões) 5.521.256,07 5.522.804,78 5.831.378,33 6.253.178,01 6.119.000,00

Notas: (\*) exclusive incentivos fiscais; (\*\*) R\$ 18.489,5 milhões de deson. somados à proj normal de 2016 de R\$ 347.597,6 milhões.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

TABELA III

### RECEITA ADMINISTRADA PELA SRFB, exceto RGPS

Realizada em 2014 - LOA 2015 - Avaliação do 3º Bimestre - PLOA 2016

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015 (LOA)	(R\$ milhões)	
			2015 (3º Bimestre)	2016 (PLOA)
<b>IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>36.563</b>	<b>47.977</b>	<b>39.852</b>	<b>48.190</b>
<b>IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>174</b>	<b>288</b>	<b>86</b>	<b>59</b>
<b>IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>50.146</b>	<b>59.515</b>	<b>52.969</b>	<b>58.737</b>
I.P.I. - Fumo	5.654	5.774	5.875	5.835
I.P.I. - Bebidas	3.380	4.054	3.027	2.698
I.P.I. - Automóveis	4.911	9.075	6.170	5.969
I.P.I. - Vinculado à Importação	15.079	15.023	16.826	20.622
I.P.I. - Outros	21.122	25.588	21.071	23.613
<b>IMPOSTO SOBRE A RENDA</b>	<b>285.684</b>	<b>315.538</b>	<b>311.281</b>	<b>324.442</b>
I.R. - Pessoa Física	27.709	31.885	29.505	31.572
I.R. - Pessoa Jurídica	112.709	120.121	119.717	114.974
I.R. - Retido na Fonte	145.266	163.531	162.060	177.896
I.R.R.F. - Rendimentos do Trabalho	73.934	82.924	74.954	80.462
I.R.R.F. - Rendimentos do Capital	41.211	46.891	51.480	61.202
I.R.R.F. - Rendimentos de Residentes no Exterior	19.795	20.629	24.733	25.697
I.R.R.F. - Outros rendimentos	10.326	13.087	10.893	10.536
<b>I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>29.893</b>	<b>35.615</b>	<b>34.771</b>	<b>41.025</b>
<b>I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL</b>	<b>995</b>	<b>970</b>	<b>1.082</b>	<b>1.180</b>
<b>COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>198.742</b>	<b>222.907</b>	<b>208.626</b>	<b>232.846</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP</b>	<b>52.544</b>	<b>59.146</b>	<b>54.623</b>	<b>60.677</b>
<b>CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>64.808</b>	<b>75.873</b>	<b>67.377</b>	<b>67.505</b>
<b>CIDE - COMBUSTÍVEIS</b>	<b>30</b>	<b>10</b>	<b>3.578</b>	<b>6.505</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF</b>	<b>501</b>	<b>697</b>	<b>386</b>	<b>395</b>
<b>OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS</b>	<b>19.097</b>	<b>46.222</b>	<b>44.383</b>	<b>21.320</b>
Receitas de Loterias	4.759	4.764	4.950	5.263
CIDE-Remessas ao Exterior	2.523	2.622	2.977	3.227
Demais	11.815	38.835	36.456	12.830
<b>TOTAL</b>	<b>739.178</b>	<b>864.757</b>	<b>819.013</b>	<b>862.883</b>

Fonte: SRFB

Nota: inclui incentivos fiscais no IRPJ

124. Finalmente, aspecto negativo das estimativas que integram a Proposta para 2016 é que haverá um aumento da Carga Tributária Federal Bruta, que passará de 22,73% do PIB em 2015 para 23,55% do PIB em 2016, embora em sua maior parte devido a receitas não administradas pela SRFB que é onde se concentra a arrecadação de impostos.



### **1.4.3 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2016**

125. Por força do art. 34, III, da Resolução nº 1/2006, este Relatório deverá conter análise e avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras.
126. Essas receitas provêm de um número elevado de itens, cujas projeções obedecem a variadas metodologias de apuração (ver Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária, inciso XI, itens a-4 e b-2). Em grande parte usam a arrecadação do ano anterior como base de projeção, o crescimento do PIB como indicador de variação futura das quantidades e o IGP-DI de referencial para a variação de preços.
127. Na Avaliação do 3º Bimestre de 2015, no quadro de receitas primárias, esses ingressos (fontes 50, 81 e 82) estão previstos em R\$ 14,8 bilhões, correspondendo a 0,25% do PIB. Na Proposta para 2016 estão estimadas em R\$ 15,6 bilhões, equivalendo a iguais 0,25% do PIB.
128. No orçamento para 2016, as receitas deste tópico estão globalmente estimadas em R\$ 17,3 bilhões, correspondendo a 0,28% do PIB, aí consideradas as receitas primárias bem como as receitas financeiras. As receitas primárias são originadas primordialmente da prestação de serviços, cobranças de tarifas e taxas e recolhimentos variados, enquanto que a maior parte das receitas financeiras é oriunda de remuneração de depósitos bancários e da amortização de financiamentos.
129. Os principais órgãos arrecadadores de recursos dessas fontes próprias são o Ministério da Defesa (R\$ 4,67 bilhões), as Operações Oficiais de Crédito (R\$ 2,53 bilhões), os Encargos Financeiros da União (R\$ 2,52 bilhões), o Ministério da Educação (R\$ 1,55 bilhão), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (R\$ 1,49 bilhão) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,01 bilhão).



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

130. A Tabela IV, a seguir, mostra o montante das receitas próprias das entidades da administração indireta, discriminadas por órgão e unidade orçamentária.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

**TABELA IV**

<b>PLOA 2016 – Receitas Próprias e de Convênios de Entidades da Administração Indireta Primárias (Fonte 250 e 281) e Financeiras (Fonte 280)</b>			
<b>ÓRGÃO</b>	<b>R\$ Milhões</b>	<b>UO</b>	<b>R\$ Milhões</b>
Enc. Financ. da União	2.515,09	Fundo Soberano do Brasil Fundo Social	2.225,05 290,04
Minist. da Agric., Pec. e Abastecimento	203,54	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	157,82 45,72
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.105,74	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Comissão Nacional de Energia Nuclear Demais	693,07 223,53 115,49 73,66
Ministério da Cultura	7,97	Instituto Brasileiro de Museus Demais	4,94 3,03
Ministério da Defesa	4.672,78	Fundo Aeronáutico Fundo do Exército Fundo Naval Demais	2.561,37 1.197,93 716,75 196,73
Ministério da Educação	1.546,57	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Fundação Universidade de Brasília Universidade Federal de Juiz de Fora Inst. Nac. de Estudos e Pesq. Educacionais Anísio Teixeira Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Federal do Espírito Santo Fund. Coord. Aperfeiçoam. Pessoal de Nível Superior - CAPES Demais	105,27 177,63 121,05 125,74 59,52 62,67 76,25 818,44
Ministério da Fazenda	502,70	Banco Central do Brasil Superintendência de Seguros Privados - SUSEP Demais	470,49 31,03 1,18
Ministério da Integração Nacional	68,18	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM Demais	41,77 7,09 19,32
Ministério da Justiça	0,11	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	0,11
Ministério da Previdência	462,58	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	462,58
Ministério da Saúde	70,73	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA Demais	3,54 12,08 55,12
Ministério das Cidades	265,05	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSUB	155,20 109,85
Ministério das Comunicações	125,80	Fundo p/ o Desenv. Tecnológ. das Telecomunic. - FUNTEL Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	123,98 1,82
Min. das Rel. Exteriores	0,14	Fundação Alexandre de Gusmão	0,14
Ministério das Minas e Energia	709,35	Agência Nac. do Petr., Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM Demais	680,32 19,63 9,40
Minist. do Des. Agrário	1,48	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1,48
Minist. do Desenvolvim. Indústria e Comércio Exterior	1.490,07	Instituto Nac. de Metr., Qualidade e Tecnologia - INMETRO Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI Demais	817,10 466,04 206,92
Ministério do Meio Ambiente	214,43	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Inst. Bras. do Meio Amb. e Rec. Naturais Renováveis - IBAMA Demais	130,07 70,63 13,74
Minist. do Planejamento Orçamento e Gestão	6,40	Fund. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Fundação Escola de Administração Pública	6,04 0,36
Minist. dos Transportes	205,94	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT Demais	128,40 77,54
Minist. do Trab e Empr.	5,05	Fund. Jorge Duprat Figueiredo de Seg. e Medicina do Trabalho	5,05
Ministério do Turismo	0,14	Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR	0,14
Oper. Oficiais de Crédito	2.531,10	Fundo de Financ. ao Estudante do Ensino Superior - FIEES Fundo do Desenvolvimento da Amazônia Fundo do Desenvolvimento do Nordeste Caixa de Construções de Casas p/ Pessoal da Manhã Demais	1.256,38 544,65 424,11 199,99 105,97
Presidência da República	141,40	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	141,35 0,05
Secret. de Ass. Estratég.	0,03	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	0,03
Secret. de Aviação Civil	490,83	Fundo Nacional de Aviação Civil Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	359,38 131,46
<b>TOTAL</b>			<b>17.343,25</b>

Fonte: PLOA 2016. Elaboração das Consultorias CD e SF.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

131. Observa-se que as agências reguladoras deverão arrecadar receitas próprias no montante de R\$ 957,6 milhões, sendo esses recursos fortemente concentrados em apenas três entidades, que respondem por 98% do total: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (R\$ 680,3 milhões), Agência Nacional de Aviação Civil (R\$ 131,5 milhões) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (R\$ 128,4 milhões). As demais agências não contarão com recursos próprios em 2016, sendo financiadas unicamente por recursos do Tesouro Nacional.

### 1.5 Receitas Financeiras para 2016

132. As Receitas Financeiras, ou não Primárias, por provocarem alterações simultâneas em ativos e passivos do setor público, são aquelas cuja arrecadação mantém inalterada a Dívida Líquida, não produzindo, portanto, efeitos sobre os Resultados Nominal e Primário.

133. No PLOA2016 somam R\$ 1.501,6 bilhões e representam 50,0% do valor de R\$ 3.000,3 bilhões da Receita Orçamentária Total referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (o restante é composto pelas Receitas Primárias).

134. A emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, constituídos para o Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal, interna e externa, constitui 58,9% das Receitas Financeiras, sendo o ítem de maior representatividade nesse segmento de ingressos.

135. A parcela referente ao Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal consta, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma destacada. O montante dessa fonte varia em função do prazo de maturação da dívida mobiliária, sendo tanto menor quanto mais longo for esse prazo, e também em função da composição da dívida.

136. Os dois itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro e Resultado do Banco Central) são estimados em R\$ 73,0 bilhões e R\$ 81,6 bilhões,



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

respectivamente, representando no seu conjunto 10,3% das Receitas Financeiras.

137. As Receitas de Amortizações de Empréstimos a Estados e Municípios montam a R\$ 49,9 bilhões e representam 3,3% do total dos ingressos financeiros.

138. A Tabela V a seguir, mostra a composição detalhada dessas receitas e a sua representatividade na Receita Total.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

**TABELA V**  
**Receitas Financeiras no Projeto de Lei Orçamentária para 2016**

<b>Receitas por Natureza</b>	<b>R\$ Milhões</b>	<b>Part %</b>
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	883.028,6	30,4%
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	326.268,2	11,2%
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREO - PRINCIPAL	72.994,0	2,5%
RESULTADO DO BANCO CENTRAL - OPERAÇÕES COM RESERVAS E DERIVATIVOS CAMBIAIS - PRINCIPAL	46.406,6	1,6%
RESULTADO DO BANCO CENTRAL - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	35.184,7	1,2%
RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL	31.263,4	1,1%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	30.148,6	1,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	20.415,5	0,7%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS - PRINCIPAL	12.409,6	0,4%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	12.015,6	0,4%
REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRINCIPAL	8.741,5	0,3%
VARIAÇÃO CAMBIAL - PRINCIPAL	5.086,2	0,2%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - PRINCIPAL	3.271,0	0,1%
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS - PRINCIPAL	3.066,7	0,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	2.401,9	0,1%
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	1.971,7	0,1%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	1.711,9	0,1%
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	1.496,3	0,1%
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES - PRINCIPAL	914,9	0,0%
ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS - PGPM - PRINCIPAL	787,2	0,0%
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	581,8	0,0%
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA - PRINCIPAL	467,9	0,0%
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	401,4	0,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	206,5	0,0%
REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	197,8	0,0%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO - PRINCIPAL	129,3	0,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	12,6	0,0%
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOUREO - PRINCIPAL	10,8	0,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	6,0	0,0%
ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	1,8	0,0%
OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - MULTAS E JUROS	0,2	0,0%
OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	0,0	0,0%
<b>Total de Receitas Financeiras:</b>	<b>1.501.600,4</b>	<b>51,7%</b>

**Memorando**

<b>Total de Receitas Primárias:</b>	<b>1.383.335,2</b>	<b>47,6%</b>
<b>Total das Receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (*):</b>	<b>2.903.425,0</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: PL 007/2015 - CN (PLOA 2016)

(\*) Para se chegar à Receita Total do PLOA2016 de R\$ 3.000,3 bilhões deve-se somar R\$ 96,9 bilhões das Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais e R\$ 18,5 bilhões de transferência do Tesouro ao RGPS pela compensação da desoneração da folha de pagamentos.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

### 1.6 Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais para 2016

139. As fontes de financiamento do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para 2016 somam R\$ 96,9 bilhões. Esse valor reflete uma diminuição de 8,3% sobre a previsão da Lei Orçamentária de 2015 estimada em R\$ 105,7 bilhões.

140. A Tabela VI, a seguir, mostra as fontes de financiamentos do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais.

TABELA VI

Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais  
2014-2016

R\$ milhões

Discriminação	Realizado	Lei+Créditos	PL nº 007/2015
	2014	2015	2016
<b>Recursos Próprios</b>	<b>89.412,9</b>	<b>47.169,3</b>	<b>49.376,0</b>
Geração própria	89.412,9	47.169,3	49.376,0
<b>Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.646,8</b>	<b>1.212,5</b>	<b>2.134,2</b>
Tesouro - Direto	1.819,2	1.100,3	1.924,0
Saldo de Exercícios Anteriores	544,7	91,9	137,6
Controladora	282,9	20,3	72,7
Outras Fontes	0,0	0,0	
<b>Operações de Crédito de Longo Prazo</b>	<b>3.186,7</b>	<b>1.194,1</b>	<b>39.571,3</b>
Internas	3.153,9	1.194,1	13.371,3
Externas	32,8	0,0	26.200,0
<b>Outros Recursos de Longo Prazo</b>	<b>393,0</b>	<b>166,1</b>	<b>5.756,1</b>
Debêntures	0,0	0,0	0,0
Controladora	393,0	166,1	556,1
Outras Fontes	0,0	0,0	5.200,0
<b>Total</b>	<b>95.639,4</b>	<b>49.742,0</b>	<b>96.837,6</b>

Fontes: Mensagem do PL nº 007/15-CN e Demonstrativos das fontes de financiamento dos investimentos, agregados por natureza - DEST/MPOG (dados até o 4º bimestre de 2015). Elaboração Consultorias

141. Tais fontes são, em sua maior parte, constituídas por recursos próprios das empresas que em 2016 representarão mais de 51% das fontes totais.



## **1.7 Metodologia da Estimativa das Receitas da Proposta de Orçamento para 2016**

142. Como tem ocorrido em exercícios anteriores, a metodologia padrão de estimação das *Receitas Administradas pela SRFB* para 2016 emprega a técnica incremental e tomou por base a arrecadação prevista para 2015, depurada do ingresso de receitas atípicas, e acrescida do produto da multiplicação de índices representativos de fatores de variação de preços, de quantidades reais e de alterações legislativas esperados, bem como das receitas extraordinárias com expectativas de serem arrecadadas em 2016.
143. A previsão da receita base de 2015 foi feita tomando-se a arrecadação realizada até julho desse ano e a estimada para restante do segundo semestre desse exercício, tendo-se em conta hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final desse ano, conforme estabelecido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda em grade de parâmetros de 07.08.2015.
144. Regra geral, como variação de quantidades reais utiliza-se a estimativa de variação real do PIB e para variação de preços emprega-se um índice ponderado constituído por 55% da variação do IPCA e 45% da variação do IGPdi, mas para determinados tributos ou incidências emprega-se índices específicos de variação real ou de preços, sendo esse quadro particularmente válido para as receitas tradicionalmente administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB.
145. No caso da Arrecadação Líquida do RGPS, outro significativo item da receita primária, além do PIB e do índice ponderado de variação de preços, são importantes a variação esperada da massa salarial e do salário-mínimo e, eventualmente, o montante de desonerações da folha a título de estímulo à produção.
146. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO. Somente até a LDO de 2009 houve tal previsão, onde se enunciava que as



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

estimativas “*se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante*”. De qualquer maneira, a LRF, matriz desse dispositivo, já cuidara do assunto nos mesmos termos:

*“Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”*

147. O Comitê de Receitas aos PLOAs adotou por muito tempo a mesma metodologia da antiga SRF, atual SRFB, para as estimativas das receitas por ela tradicionalmente administradas. A observação da arrecadação no ano, até o último mês disponível, permitia que se ajustasse a base da projeção para o exercício seguinte.
148. Desde o orçamento de 2004, esse Comitê passou a incorporar em suas previsões uma estimativa de Receitas Atípicas ou Extraordinárias arrecadadas pela RFB e, a partir de 2007, a própria SRFB passou a empregá-la em sua modelagem, por ocasião do encaminhamento do PL nº 15/2006.
149. A inclusão de Receitas Extraordinárias (ou Atípicas, ou Esforço de Arrecadação) nas estimativas cumpre, em grande parte, o papel de compensar o efeito de variáveis que não são levadas em conta na metodologia linear de previsão adotada pelo Executivo, para incorporar melhorias nos procedimentos de arrecadação, mudança na elasticidade das receitas em relação aos indicadores usados e erro na avaliação do efeito das alterações legislativas e de outros indicadores. A Receita Extraordinária representa, assim, um conjunto variável de fatores não captados pelo modelo básico de estimação de receita empregado pela SRFB.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

150. No âmbito das *Receitas Administradas por Outros Órgãos* são importantes no arcabouço metodológico de estimação as informações específicas de cada item, em grande parte produzida por empresas ou órgãos do Poder Executivo, principalmente nos casos das Receitas de Concessões, Dividendos, Operações com Ativos e Complemento do FGTS.
151. As exceções ficam com: a) as Receitas com Compensações Financeiras (*Royalties*), cuja maior parcela advém do petróleo, e que, basicamente, depende da taxa de câmbio, da evolução da produção física de petróleo e da cotação internacional do barril *Brent*; b) a Receita de Contribuição do Salário-Educação, que fundamentalmente depende da evolução da massa salarial; c) as Demais Receitas, grupo de receitas constituído em quase sua totalidade por contribuições econômicas e sociais não administradas pela SRFB, por taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, por taxas por serviços públicos e d) as Receitas Próprias de entidades públicas, para citar as mais importantes. Os principais elementos que influenciam a previsão, desses dois últimos itens são as variações acumuladas esperadas para o PIB, IGP-DI, IPCA e taxa de câmbio.

### 1.8 Emendas à Receita Apresentadas

152. Por meio de Emendas de Relator, integramos à nossa reestimativa das receitas para o Orçamento de 2016 as receitas derivadas de algumas medidas contidas no documento *Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 - Arrecadação*, elaborado pelo Poder Executivo, bem como de outras possibilidades de receitas que não constavam da Proposta original.
153. Durante o processo de apreciação pelo Congresso Nacional do PLOA2016, foram apresentadas quatro emendas parlamentares, todas relacionadas a prováveis acréscimos de Receita, cujos Pareceres estão em anexo. Relativamente à renúncia de receita, nenhuma emenda foi apresentada.
154. Acatamos parcialmente as Emendas nºs 24910015 e 24910016, do nobre Deputado Lelo Coimbra, e Emendas nºs. 26330004 e 26330005, de



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

minha autoria, que prevê a venda de imóveis rurais, sem litígios de nenhuma ordem, preferencialmente aos seus atuais ocupantes, no âmbito da Amazônia Legal, e amplia o escopo da MP nº 691, de 31.08.2015, a fim de possibilitar também a alienação dos imóveis da União localizados em qualquer ponto do território nacional, além de imóveis funcionais, respectivamente. O amparo legal para inclusão dessas emendas repousa em emenda sobre a matéria aprovada quando da apreciação, pelo Congresso Nacional, da citada MP, conhecida como “*legalização de terrenos de marinha*”. Essas proposições oferecem a possibilidade de, no exercício vindouro, gerarem recursos da ordem de R\$ 8,0 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente, sem implicar em aumento de tributação sobre a sociedade brasileira.

155. Finalmente, sugerimos autorização ao Relator-Geral para: a) promover os ajustes técnicos necessários à utilização das receitas identificadas neste Relatório; b) ajustes decorrentes de eventual alteração na meta de resultado primário; e c) ajustes promovendo a adequação de fontes, inclusive, se for o caso, disponibilizando fontes financeiras de recursos, e acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social.



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

### **1.9 Anexos**

156. Encontram-se, em anexo, Tabela contendo a evolução dos parâmetros econômicos e o detalhamento das receitas estimadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2016, com as modificações por nós efetuadas, classificadas por Natureza e Fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

## **2 VOTO**

157. Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações propostas por esta Relatoria.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2015.

**Senador Acir Gurgacz**  
Relator da Receita

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

**3 Anexos****PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS SELECIONADOS, 2013-2016****Valores Estimados e Realizados**

Parâmetros	Realizado		2015					2016		
	2013	2014	LDO 2015	PLOA 2015	CN/ SPE 3/12/14	Aval 3º Bim/ SPE	Focus 28/8	PLOA 2016	Focus 4/9	CN
Variação real do PIB (%) <sup>(3)</sup>	2,74	0,15	3,00	3,00	0,77	(1,50)	(2,26)	0,20	(0,50)	(1,00)
PIB (R\$ bilhões) <sup>(3)</sup>	5.157,6	5.521,3	5.733,4	5.756,5	5.522,8	5.831,4	...	6.253,2	...	6.119,0
IPCA acum (%)	5,91	6,41	5,00	5,00	6,49	9,00	9,28	5,40	5,58	6,00
IGP-DI acum (%)	5,52	3,78	5,50	5,50	5,89	7,37	7,69	5,50	5,50	
INPC acum (%)	5,56	6,23	5,00	5,00	5,85	9,26	9,77	5,20	5,36	
Massa salarial nominal (%)	10,31	9,94	10,69	10,35	10,60	1,74	...	2,32	...	
Taxa Selic média (% a.a.)	8,18	10,86	10,66	10,91	12,07	13,12	13,63	13,42	13,06	
Taxa Selic-meta fim de período (% a.a.)	10,00	11,75	10,75	11,00	12,00	14,00	14,25	12,00	12,00	
Câmbio médio (R\$/US\$)	2,16	2,35	2,40	2,45	2,59	3,07	3,23	3,39	3,65	
Câmbio fim dez (R\$/US\$)	2,34	2,66	2,40	2,50	2,67	3,20	3,50	3,49	3,70	
Petróleo-preço médio (US\$)	107,15	104,78	102,60	107,44	86,02	66,50	...	55,94	...	
Importações <sup>(2)</sup> em US\$ (%)	6,00	-4,83	4,67	4,69	4,69	-17,39	...	5,97	...	
<u>Memorando:</u>										
Variação real do PIB na LOA (%)	4,50	3,80			0,77					

**Fonte:** Realizado: SPE/MF; Relatórios de avaliação e de cumprimento de metas quadr, LDO e PLDO; SOF/MPOG; STN/MF e Banco Central/Focus. Elaboração das Consultorias.

<sup>(1)</sup> Alteração da LDO 2015; <sup>(2)</sup> Exclui petróleo e derivados

<sup>(2)</sup> Exclui petróleo e derivados combustíveis.